

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

OS PORTUGUÊSES NO ÍNDICO AFRICANO NO SÉCULO XVII (*).

No comêço do século XVI, com a organização da rota atlântica das especiarias asiáticas pelos portugueses, cristãos e mouros disputaram, numa luta de morte, os campos auríferos do Monomotapa. As minas dos sertões de Sofala eram, então, uma das prêsas mais cobiçadas das grandes potências. Na ânsia de possuírem o precioso metal amarelo, capitães e mercadores manuelinos tomaram contacto com a terra enigmática do Índico africano, reconhecendo, através de repetição e conjugação de esforços, as vantagens e as possibilidades do seu domínio econômico e político. O ouro em pó, que se apanhava nos aluviões ao longo dos rios, era uma obsessão.

O planalto da Machona, hoje integrado no território da Rodésia do Sul, era o centro do Monomotapa, poderoso império negro que se estendia, vagamente, da Bechuana ao litoral e do Zambeze (rio Cuama) ao Limpopo. O gigantesco império do Oriente africano, avançando Zambeze acima até além do Zumbo, estendia-se por uma vasta área geográfica que teria mais de duzentas léguas de comprimento e outras tantas de largura, consoante circunstanciada narrativa de Frei João dos Santos (1). Antônio Bocarro afirma, todavia, que o Monomotapa tinha mais de 300 léguas de circuito e era dividido em vastos reinos administrados por poderosos régulos, em tórno dos quais gravitavam certos senhorios chamados **encoses**. Todos eram vassallos do grande Monomotapa, “o senhor de tudo” (2). O cronista Barros alude, igualmente, à imensidão territorial e riqueza do império negro (3).

Uma minuciosa carta de Diogo de Alcáçova, feitor de Sofala, a D. Manuel, datada de 20 de novembro de 1506, ministra,

(*) — Resenha do livro de AXELSON (Eric). — *Portuguese in South-East Africa 1600-1700* Witwatersrand University Press. Johannesburg, 1960. Volume de 226 págs.

(1). — Cf. *Ethiopia Oriental*, t. I, L. II, cap. X, pág. 199. Frei João dos Santos escreveu em 1609, ano em que o famoso império negro já se achava descentralizado e enfraquecido. O Monomotapa das primeiras décadas do século XVI era bem maior, politicamente mais forte e economicamente mais afortunado.

(2). — Cf. Bocarro — *Década 13a. da História da Índia*, pág. 537. Lisboa, 1876.

(3). — *Década I, da Ásia*, L. X, cap. I, pág. 396. Lisboa, 1945.

outrossim, notícias sôbre o Monomotapa (4). A terra do ouro era o país de Vealanga, compreendido entre o Limpopo e o Zambeze, onde os régulos e indumes possuíam grandes povoações. Sofala era parte integrante dêsse patrimônio (5). Descrevendo os campos auríferos de Vealanga, Alcáçova indica uma vasta área geo-econômica do Sudeste africano entre o Limpopo e o Zambeze. Nesse círculo mal desenhado discernimos, como já o notou Sydeney Welch (6), o que hoje conhecemos como Metabelândia, Machonalândia e a parte do território português de Moçambique, ao sul da via fluvial do Zambeze.

Os limites exatos dêsse império negro jamais foram fixados. Difícil, senão impossível, determinar as fronteiras. Para Oriente, até onde iam as terras do Monomotapa? Até as adjacências dos pântanos de Chobe e bordas do deserto do Kalahari, como conjectura José Tôrres? (7). Afigura-se-nos que qualquer resposta apressada figuraria no romance geográfico. Trata-se, na verdade, quer-nos parecer, de um problema de geografia histórica.

Sabe-se, isso sim, que o ouro atraiu a êsse império uma série de expedições que recuam à Antigüidade. As minas do interior de Sofala geraram afluivas disputas entre as grandes potências pela partilha política e econômica de uma vasta área do Índico africano.

Em tôdas as terras do Monomotapa havia ouro. Os depósitos mais ricos circunscreviam-se a uma enorme zona geográfica representada pelas manchas geológicas situadas nas vizinhanças dos reinos negros de Butua, Mazoi, Manica, Quiteve, Mozimba, Botonga, Batougua e Barué (8). As minas mais próximas de Sofala eram as de Manica, pois ficavam apenas a 50 léguas da costa. As de Boro e Quitecuy, a 100 e 200 léguas do mar, eram as mais interiorizadas. Pertenceriam ao rei de Butua. As minas de Manica, que os portugueses alcançavam através dos trechos navegáveis dos rios Save, Zambeze, Buzi

(4). — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1a., Maço 5, n.º 118.

(5). — "O regno senhor, em que há o ouro que vem a Çofala esse chama Vealanga e he muyto grande... e a propria Çofala he deste regno". (Ibidem, idem).

(6). — *South Africa under King Manuel, 1495-1521*, pág. 221, ed. port. do Arquivo Histórico de Moçambique. Lourenço Marques, 1950.

(7). — Cf. *Eshôço de estudo da penetração portuguesa na África Oriental no século XVI*, pág. 23, in *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 4a. secção. Lisboa, 1938.

(8). — Veja-se o mapa no nosso estudo — *Os campos do ouro do Monomotapa n século XVI*, pág. 109. Separata da *Revista de História*, n.º 35. São Paulo, 1958.

e Revué, estavam cercadas de montanhas. O ouro minerado era em pó. Nas comarcas de Boro e Quitecuy, o metal era, porém, mais grosso, aparecendo em ricos veios de rochas.

Quando os régulos do sertão viviam em paz, os resgates anuais, no comêço do século XVI, ultrapassavam a cifra de um milhão de míticais de ouro (9). Por isso, quando o capitalismo manuelino, de acôrdo com as suas exigências e no apogeu do seu domínio, apregooou a necessidade de combater no Oriente a expansão do Islão, para glória da fé católica, não se esqueceu de enunciar as riquezas do Monomotapa. Sofala aparecia, então, a uma Europa em franco crescimento, como a região maravilhosa do ouro novo. Portugal, alargado até às margens vivificadoras do Índico, encontraria, na verdade, nos campos auríferos do Sudeste africano, nova seiva indispensável à sua transformação orgânica.

No século XVI, a grande barreira que os portugueses encontraram no Oriente, à realização dos seus planos mercantis e políticos, era representada pelos fortes “consórcios” muçulmanos que, há séculos, eram os senhorios das terras insulares e continentais do Índico.

No século subsequente, porém, o maior inimigo de Portugal no ultramar era o mercantilismo anglo-holandês que, com a dominação filipina, entrara decidido na luta pela partilha política e econômica do Índico afro-asiático e, bem assim, do Atlântico afro-brasileiro.

A disputa ultramarina, de nítida feição capitalística, entre Portugal e a Holanda, pelo domínio do Sudeste africano, não foi ainda, quer-nos parecer, suficientemente esclarecida pela historiografia contemporânea. Dir-se-ia que o tema, sob certos aspectos, acha-se por desbravar.

Escusado será dizer, portanto, que se mais nada tivéssemos lucrado com a leitura do trabalho de Eric Axelson (**Portuguese in South-East Africa, 1600-1700**), bastava-nos a reflexão que seu estudo provocou em nosso espírito para valer a pena tê-lo lido. Não admira, dado o mérito do autor.

Vogal do “Centro de Estudos Históricos Ultramarinos”, Eric Axelson é figura sobejamente conhecida. Trata-se, ademais, de um pesquisador (**Research Office do Ernest Oppenheimer Institute of Portuguese Studies, da University of the Witwatersrand**, em Johannesburg). No inverno de 1954 foi-nos dado o prazer e a grande honra de conhecê-lo no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, em Lisboa, onde trabalhava, en-

(9). — “Hum mylham pera cyma e nom pera baixo” (Carta de Alcáçova. .).

tusiásticamente, nos documentos do Corpo Cronológico e nas Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, dois preciosos acervos que fundamentam a ação portuguesa no Índico africano.

Como era de se esperar, a obra reúne elementos de grande valia. Historiador de estilo sóbrio e apurado, Eric Axelson vem, de há muito, estudando, *in loco*, a presença de Portugal no Sudeste africano.

O título do livro dilucida seu conteúdo. O trabalho, de 226 páginas, compõe-se de 13 capítulos distribuídos da maneira seguinte:

1. — O Sudeste Africano nos princípios do século XVII (págs. 1-14).
2. — Os cercos de Moçambique (págs. 15-29).
3. — Estevão de Ataíde (págs. 30-39).
4. — Diogo Simões Madeira (págs. 40-54).
5. — Nuno Álvares Pereira (págs. 55-77).
6. — A revolta de Mombaça (págs. 78-96).
7. — O plano de colonização de 1635 (págs. 97-114).
8. — O Sudeste Africano de 1637-1651 (págs. 115-128).
9. — O Sudeste Africano de 1652 a 1671 (págs. 129-143).
10. — O plano de colonização de 1677 (págs. 144-154).
11. — A queda de Mombaça (págs. 155-175).
12. — O Sudeste Africano de 1681 a 1700 (págs. 176-187).
13. — O Sudeste Africano no fim do século XVII (págs. 188-195).

Seguem-se ao último capítulo:

1. — Apêndice (págs. 196-208). Naufrágios na costa da África do Sul.
Santo Espírito, em 1608 (Galeão).
São João Batista, em 1622 (Nau).
São Gonçalo, em 1630 (Nau).
Nossa Senhora de Belém, em 1635 (Nau).
Sacramento (Galeão e Nossa Senhora da Atalaia (Nau), em 1647.
Nossa Senhora dos Milagres, em 1686 (Nau).
2. — Glossário (págs. 209 e segs.).
3. — Fontes e bibliografia (págs. 211-215).
4. — Índice onomástico (págs. 217-226).

Um curto preâmbulo (págs. V e VI), datado da Universidade de Witwatersrand, em dezembro de 1959, acha-se assinado por Eric Axelson. Figuram a seguir: índice das gravuras e mapas (pág. IX) e a chave de abreviaturas (pág. X).

As fontes manuscritas utilizadas pelo autor são demonstrativas do valor da obra. Os acervos documentais são oriundos:

A). — **Inglaterra.**

1. — British Museum.
2. — Public Record Office.

B). — **Portugal.**

1. — Academia das Ciências de Lisboa.
2. — Biblioteca Pública da Ajuda.
3. — Arquivo Histórico Ultramarino.
4. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
5. — Biblioteca Nacional.
6. — Coimbra University Library.
7. — Biblioteca Pública de Évora.
8. — Biblioteca Pública do Pôrto.

C). — **Portuguese Índia.** Arquivo Histórico do Estado da Índia.

As fontes impressas são sobremaneira preciosas. Dada a sua importância, o registo é necessário. Por isso merecem referência:

1. — **Arquivo Português Oriental** (11 vols.). Bastorá, 1936-1940.
2. — **Assentos do Conselho do Estado da Índia** (5 vols.). Bastorá, 1953-1958.
3. — Biker, J. F. J. — **Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e África Oriental** (14 vols.). Lisboa, 1881-1887.
4. — Bocarro, A. — **Década 13 da História da Índia**. Lisboa, 1876.
5. — **Livros das Monções ou Documentos Remettidos da Índia** (5 vols.). Lisboa, 1880-1935.
6. — Falcão, F. — **Livro em que se contem toda a fazenda e real património dos reinos de Portugal, Índia e ilhas adjacentes**. Lisboa, 1859.
7. — Nunes, A. — **O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas**. In Felner, Lisboa, 1868.
8. — Pissurlencar, P. — **Regimentos das fortalezas da Índia**. Bastorá, 1951.
— **Roteiro dos Arquivos da Índia Portuguesa**. Bastorá, 1955.
9. — Rêgo, A. Silva — **Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente** (12 vols.). Lisboa, 1949-1958.

A bibliografia, criteriosamente escolhida, é, igualmente, rica. O autor não deixou de consultar os trabalhos dos histo-

riadores portugueses e estrangeiros que, de há muito, se dedicam ao estudo da presença de Portugal no Sudeste africano. Dado o valor intelectual de Eric Axelson, não admira que se encontrem na bibliografia utilizada as obras de Boxer, Badger, Boothby, Bryant, Cortesão (A.), Duffy, Antônio Durão, Foster, Gray, Guerreiro (C. J. de A.), Boléo (J. de O.), Lobato (A.), Luz (M. da), Rivara, Theal, Welch, Wilmot, bem como de outros investigadores de renome internacional.

Com fundamento dirigimos aplausos e louvores à obra de E. Axelson, auspiciosamente publicada pelo **Ernest Oppenheimer Institute of Portuguese Studies**, da Universidade de Witwatersrand, de Johannesburg.

Trata-se, na verdade, de um precioso estudo concernente à fase inicial da expansão ultramarina holandesa, período heróico que inaugura a entrada do mercantilismo internacional na luta pela partilha política e econômica do Índico africano.

O começo do século XVII representa, com efeito, uma etapa dramática para a supremacia portuguesa no Atlântico, no Índico e no Pacífico. A datar dos primeiros anos dessa centúria, ingleses e holandeses assentaram em sólidas linhas a ofensiva mercantilista sobre certas áreas geo-econômicas da América, da Ásia e da África, fornecedoras de matérias primas tropicais grandemente comerciáveis na Europa.

A primeira arremetida foi da Holanda. Em 1604 uma esquadra holandesa pôs em alvoroço as defesas da fortaleza de Moçambique. Nos anos de 1607 e 1608 novos assaltos. Os portugueses, porém, não se renderam. O capitão da fortaleza, Estêvão de Ataíde, cobriu-se de glória. A salvaguarda do patrimônio português no Sudeste africano era indispensável, não somente para a segurança das bases estratégicas do Índico africano, mas, também, para a defesa da Ásia portuguesa. O objetivo da Holanda nos mares do Oriente não era apenas mercantil. A conquista de postos-chave figurava, outrossim, na sua programação política.

A Holanda, que na primeira fase da expansão oceânica havia ficado à margem da partilha colonial, mostrava-se, agora, disposta disputar em qualquer campo a rica presa ultramarina. O tradicional sistema de exploração das regiões tropicais sofreu, assim, um rude golpe. O assalto encontrou admirável dissimulação nas conhecidas contradições dos Habsburgos. Carlos V havia transformado os Países Baixos numa desprezível província da Espanha. A sujeição política juntou-se a intolerância de Filipe II (1556-1598). Obcecado em proteger o triunfo da Santa Sé, o “demônio do meio-dia” deixou-se levar pelo

seu feroz sectarismo. Disso resultou a independência da Holanda e, bem assim, o reconhecimento da autonomia batava pela própria Espanha (10).

Com a independência, a Holanda entrou na fase da sua prosperidade marítima e mercantil. A burguesia flamenga do protestantismo não suportava a soldadesca castelhana e, tampouco, os frades da Inquisição. Os flamengos compreenderam logo que o tráfico ultramarino era uma poderosa arma para combater a Espanha dos Austrias. O melhor ariete para abrir brechas na concretada barreira ibérica seria o estabelecimento de gigantescas Companhias privilegiadas de comércio e navegação, instrumentos do mercantilismo holandês contra o afortunado império dos Habsburgos.

Da delicada contingência nasceu, pois, a grandiosa Companhia das Índias Orientais, em 20 de março de 1602, em que o gênio nacional dos flamengos, com seu arraigado sentimento municipal, prestou-se admiravelmente para essa “federação” comercial.

O sucesso do engenho mercantilista holandês animou novos empreendimentos de partilha colonial. Ao estímulo econômico juntava-se, concordante, o anseio político. O tráfico afro-asiático foi, assim, declarado um negócio do Estado e pôsto sob sua égide e vigilância. A empresa podia erigir fortalezas, declarar guerra e assinar tratados. Tudo era feito em nome dos Estados Gerais, aos quais a Companhia prestava juramento de fidelidade. O privilégio era de 20 anos, mas foi prorrogado por diversas vezes até 1740.

O comércio apresentava-se aos olhos da empresa como uma espécie de “roubo legitimado”. Nas suas investidas desalojaram os portugueses das Molucas, onde ergueram fortes militares e celebraram tratados com os nativos. Portugal, dominado pelos Filipes, via o seu patrimônio ultramarino retalhado pelos almirantes da **Oast Indische Compagnie**.

Depois de assentarem nas Molucas a base mais importante do seu poderio colonial no Oriente, dirigiram-se para Malabar, Coromandel, Sumatra, Bornéu e Ceilão, onde conseguiram aliança com os indígenas contra os portugueses. A própria Inglaterra, que havia auxiliado a independência da Holanda contra a Espanha, foi agredida. Em 1618, a Companhia flamenga assaltou Java, onde atacou os ingleses. Em 1621 mon-

(10). — Cf. Mariéjol, M. J. H. — *L'oeuvre de Philippe II (1559-1598)*, in *Hist. Generale... de Lavisser-Rambaud*, t. V, págs. 78 e segs. Paris, 1895; Frédéricq, M. P. — *Les Pays-Bas. Les luttes religieuses (1555-1609)*. *Ibidem*, idem, págs. 175 e segs.

tou, ali, com o nome de Batávia, o seu “quartel general”, transformado numa autêntica capital da Índia holandesa e numa das mais importantes charneiras do Oriente. Anos mais tarde, em 1661, conquistou Cochim e Cananor, mercados que os capitães manuelinos haviam organizado no comêço do século XVI em favor da rota atlântica das especiarias asiáticas.

O prestígio da Companhia crescia imensamente. A península de Malaca estava ocupada. As ilhas de Timor e Sumatra pertenciam ao domínio da Holanda. Não obstante a sua ofensiva, não conseguiu, porém, estabelecer-se na China, dada a resistência portuguesa em Macau. Os melhores empórios da Ásia eram, no entanto, seus tributários. O tráfico de cabotagem em tôda a linha do Índico, bem como no Pacífico asiático, completava a sua fortuna. Batávia era a “pérola do Oriente” e centro fundamental do comércio da Ásia, onde residia um governador a quem estava confiada a gerência da poderosa sociedade mercantil.

Nessa Companhia holandesa, bem como na sua congênere criada em 3 de junho de 1621 (**West Indische Compagnie**), Portugal encontrou temível inimigo. A doutrina do **mare liberum** sustentada pelos flamengos assovelados por Hugo Grócio era, ademais, um incentivo para a partilha das regiões coloniais que se fazia, sobretudo, em evidente prejuízo do patrimônio das monarquias ibéricas (11).

A arremetida da Holanda era, outrossim, animada pelos judeus que operavam em Amsterdão contra a Inquisição ibérica, especialmente espanhola (12). Sob êste aspecto, o sistema das Companhias flamengas representa uma estratégia dos judeus insurreccionados contra o Santo Ofício.

Portugal, no entanto, armou-se para desaninhar o intruso no Atlântico, no Índico e no Pacífico. A Inglaterra, em luta com a Holanda, contribuiu, embora de modo indireto, para o êxito do contra-ataque.

Portugal, apesar de já apresentar sintomas de desagregação ultramarina, com o aparecimento de novas fôrças econômicas, políticas e sociais no Ocidente e no Oriente, era, ainda, na verdade, um difícil obstáculo a transpor. Impunha-se corrigir no

(11). — Grócio discutiu a soberania portuguesa sôbre os territórios orientais e, bem assim, o direito de Portugal ao exclusivo da navegação para a Índia, bem como do tráfico oriental. (Cf. Caetano, Marcelo — *A polémica da liberdade dos mares e a resposta de Frei Serafim de Freitas a Hugo Grócio*. Lisboa, 1959; Ferreira, Waldemar — *História do Direito Brasileiro*, t. III, págs. 54 e segs. São Paulo, 1955).

(12). — Cf. Bloon, H. I. — *The Economic Activities of the Jews of Amsterdam*. Silliamsport, 1937.

Índico africano, bem como noutras partes do Império, a aflitiva insegurança que tolhia a ação da política colonial portuguesa.

Do ouro do Monomotapa a Holanda já tinha conhecimento. Tratava-se, agora, de o explorar, estabelecendo no Sudeste africano bases estratégicas de acesso para as minas da hinterlândia. A África do Sul completava, ademais, o domínio político da Índia. O choque entre as duas potências européias no Índico seria, portanto, fatal. Os interesses a defender e a legitimar eram imensos. No Oriente, os conflitos entre portugueses e flamengos seriam, assim, ainda mais violentos que na orla atlântica da América, apesar do paraíso do açúcar brasileiro.

Organizar os resgates do ouro do Monomotapa era um dos objetivos da ofensiva holandesa. Isso, é claro, não agradou a Portugal que, desde o comêço do século XVI, era o senhorio das fontes do ouro novo africano.

À realização dos planos mercantis e políticos de Portugal no Índico, no início do reinado de D. Manuel, havia três barreiras principais, aparentemente intransponíveis: um no Índico africano, outro na Arábia meridional, e um terceiro na Índia, representados, respectivamente, por Quiloa, Adem (13) e Calcutte, centros fundamentais do Islão Oriental e pontos perigosos para a segurança do tráfico português naquelas longínquas paragens afro-asiáticas.

Sem o consentimento do govêrno árabe de Quiloa, seria ainda mais difícil ao incipiente capitalismo manuelino estabelecer bases sólidas em Sofala, pórtico aberto para os campos auríferos dos sertões do Monomotapa. Quiloa (14) era o “Q. G.” do Islão na África Oriental. Nenhum navio ousava atracar na dourada Sofala sem primeiro ir a Quiloa, onde devia

(13). — Adem, na entrada do Mar Vermelho, era um dos mais vivos centros de hostilidade aos cristãos. O seu pôrto constituia um importante foco de atração de rotas comerciais que demandavam os mercados do oriente africano, do Malabar, do Coromandel e do Gôlfo Pérsico. A cidade, cercada de altos muros de pedra, era muito bem cuidada. As casas, de cantaria e cal, eram assobradadas. Ali negociaram mouros e judeus, brancos e negros. Vestiam-se de panos de algodão e sêda. Alimentavam-se de carne, trigo e arroz oriundo da Índia. A cidade era rica em pomares, cavalos e camelos. Do pôrto de Judá recebia cobre, azougue, vermelhão, coral, panos de lã e sêda. De Cambaia afluíam para a afortunada praça contas cristalinas e panos de algodão. Do Malabar iam especiarias, drogas e pedrarias, além de açúcar e arroz. (Cf. Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barboza, págs. 40 e segs. Lisboa, 1946).

(14). — A Quiloa de hoje é a cidade situada no continente, perto da bôca do rio Matanda. A do século XVI era a ilha que agora conhecemos como Quilloa Quisslaune. (Cf. Ferrand, G. — Les Sultans de Kilwa, pág. 240. Paris, 1928).

obter a necessária licença para os resgates (15). A riqueza do Sultão assentava no lucrativo tráfico do ouro. Quiloa era a morada política dos magnatas muçulmanos, senhores das minas de Sofala.

Foi contra essa força que Portugal teve que lutar, para chamar a si os campos do ouro. O choque era inevitável. O plano português consistia em desviar para o Atlântico as cargas afro-asiáticas de ambas as margens do Índico.

Resolvido a pôr fim à hostilidade de Quiloa, D. Manuel ordenou a Vasco da Gama (16), na sua segunda viagem, em 1502, que resolvesse o problema, pois a agressividade de Ibraimo tornava impossível aos portugueses compartilhar do tráfico do ouro do Monomotapa. Em 12 de julho daquele ano, com uma poderosa armada de 20 navios artilhados (17), o almirante português pôs termo a uma diplomacia estéril que a nada conduzia. Gama reclamou imediata submissão do soberano de Quiloa e o pagamento anual de 2 mil miticais de ouro em sinal de vassalagem (18).

A sujeição de Quiloa ecoou por todo o Índico. Ibraimo, no entanto, não tinha intenção de observar as cláusulas do acôrdo. Diante disso, Portugal convenceu-se, finalmente, que só uma fortaleza em Quiloa e outra em Sofala (19) garantiriam os resgates do Monomotapa e o domínio político do oriente africano. Em 1505, Francisco de Almeida iniciou a construção da fortaleza de Quiloa, a primeira de pedra e cal edificada pelos cristãos no Índico. Ao mesmo tempo, substituiu Ibraimo por Maomé Anconi no govêrno da cidade. Assim se garantia o capitalismo manuelino. Com uma fortaleza em Quiloa, outra em Sofala, um cruzador a patrulhar a costa, a lealdade de Melinde e, bem assim, com o valioso porto de reabastecimen-

(15). — Cf. Livro de Duarte Barbosa, págs. 23 e segs.; Barros — Déc. I, L. X, cap. II, pág. 398.

(16). — Cabral era o homem indicado para comandar a expedição. Barros diz ter sido a êle que a Corôa primeiro ofereceu a chefia da armada. O descobridor do Brasil teria, porém, declinado da incumbência por razões estratégicas impostas pelo monarca, disposto a dividir a frota em três esquadras, cada uma com comando próprio. (Cf. Déc. I, L. VI, cap. II, pág. 232).

(17). — Cinco dos navios, sob o comando geral de Vicente Sodré, se destinavam ao patrulhamento da bôca do Mar Vermelho a fim de evitar a passagem das naus de Meca. O plano de bloqueio incluía, outrossim, a cobertura militar da costa de Sofala e do Canal de Moçambique. (Ibidem, pág. 231; Góis — Crônica de D. Manuel, P. I, Cap. 68, pág. 148).

(18). — “Cô medo das ameaças prometeo de dar cadano dous mil meticais dourô” (Góis — Ibidem, pág. 149). “Isto mais em sinal de obediencia que por a quantidade dele” (Barros — Ibidem, cap. III, pág. 235).

(19). — No mesmo ano, em 1505, Pero da Naia partiu de Lisboa com 6 navios para desempenhar missão idêntica em Sofala.

to de Moçambique (20), a meio caminho do Cabo para a Índia, Portugal assenhoreou-se de uma vasta região geo-econômica do Sudeste africano. O castelo de São Tiago garantia, na verdade, o tráfico atlântico, assegurando aos portugueses uma entrada franca na dourada Sofala, trampolim para a organização dos resgates do Monomotapa.

A fortaleza de Quiloa era, ademais, essencial para o comércio asiático e para a salvaguarda das armadas reais que operavam na zona perigosa da costa de Moçambique. A África do Sul tornava-se, assim, a portada da Índia. O Sudeste africano, nos problemas econômicos e de defesa, aparecia, então, como fator de enorme importância. Portugal encontrara, afinal, novo espaço para crescer.

A organização dos resgates nos sertões auríferos de Sofala era obra dispendiosa e arriscada, mas as perspectivas de lucro eram enormes. Na ânsia de organizar o trato nos próprios centros produtores é que Portugal tomou contacto com a terra enigmática. Reconhecidas as vantagens do seu domínio político e econômico, os portugueses iniciaram a obra de penetração continental. A miragem do ouro em pó que os cafres apanhavam nas terras de aluvião à beira dos rios Zumbo, Lúrio e outros afluentes do Zambeze, e que negociavam há séculos com os mercadores árabes a trôco de panos e contas, persistia no espírito dos europeus como perseguição constante.

Com as guarnições militares e estabelecimentos mercantis em ambas as costas do Índico, Portugal estava em admiráveis condições para ordenar a penetração continental. Alcançados os campos auríferos do planalto da Machona, o **rush** foi impressionante. Penetraram tanto para o interior, partindo de Sofala, que atingiram uma zona de influência que alcançava a região da Abissínia e o Nilo superior. Chegariam mesmo até às regiões dos grandes lagos e às fontes do Nilo (21).

Comerciantes, capitães, missionários, todos se mostravam resolvidos a subir às montanhas do Monomotapa à procura do ouro novo. Entre o Monomotapa, no sertão, e a fortaleza de São Caetano, na costa, ninguém deixou de correr para as regiões das minas do poderoso régulo do hinterland, onde se realizava o grosso dos resgates.

(20). — Em 1502 o governo de Moçambique já havia reconhecido a amizade de Portugal. (Cf. Barros, Déc. I, L. VI, cap. III, pág. 235; Góis, Crônica..., P. I, cap. 68, pág. 149).

(21). — Cf. Viana, M. Gonçalves — *As viagens terrestres dos portugueses*, pág. 181. Porto, 1945.

Os caminhos que levavam até às minas eram diversos. O Zambeze, o velho rio de Cuama, era a melhor via para os mercados do interior de Sofala. Por êle penetraram os portugueses, estabelecendo feitorias nas povoações de Sena e Tete e, com isso, conseguiram ultimar a “captura” do ouro do Monomotapa em proveito da rota do Cabo e do domínio da Índia.

Com a chegada dos holandeses no começo do século XVII, Portugal foi obrigado a reforçar suas posições no litoral e no interior aurífero, notabilizando-se, sobretudo, Diogo Simões Madeira e Nuno Álvares Pereira. Em 1629 os portugueses conseguiram impôr um monarca ao Monomotapa. Anos mais tarde, em 1635, os rios de Cuama foram objeto de nova ação colonizadora por parte dos portugueses, obrigados a combater em várias frentes, a fim de se socorrer a Índia.

Mombaça era, então, um nó dramático, precioso elo na cadeia das possessões portuguesas da costa oriental da África. Nos últimos anos do século XVII, em 1696, sofreu apertado cêrco. Pouco depois, em 1701, foi conquistada pelos árabes, mostra eloqüente do recuo português no Índico africano. Portugal, desesperado com a decadência na Índia, não dispunha de recursos para manter seu domínio no Sudeste da África. Ao findar o século XVII, o encolhimento do poderoso império do Oriente era uma triste realidade. Portugal, porém, ainda resistia. A ilha de Moçambique, com a sua fortaleza, era o centro fundamental da presença de Portugal no Índico africano. Na hinterlândia de Sofala, o alento consistia, ainda, no Monomotapa, cuja governança estava nas mãos de régulos, mais ou menos afeiçoados a Portugal. Alguns dêles já se mostravam, todavia, apaniguados das agremiações árabes e flamengas. Nesta conjuntura, a ação missionária, representada pelo trabalho dos agostinhos, jesuítas e dominicanos, encontrava grandes dificuldades no seu apostolado.

A Holanda era um temível inimigo. Portugal enfrentava no Índico, no Atlântico e no Pacífico o país mais rico da Europa. As duas gigantescas Companhias das Índias Orientais e Ocidentais constituíam uma barreira quase intransponível. Em 1634 a frota holandesa era composta por 35 mil navios. O exército era formado por mercenários oriundos de diversas partes do mundo. A Holanda impunha-se em tôda a parte. O século XVII marca a preponderância do mercantilismo holandês na Europa e no ultramar. O tratado de Utrecht, em 1713, constituiu o ponto culminante dessa supremacia mundial.

A guerra contra os Habsburgos espanhóis era um excelente paliativo para a Holanda investir sobre o patrimônio colo-

nial português. O início da expansão holandesa caracteriza-se, realmente, por semelhante arremetida.

Essa a preocupação do autor da tese: demonstrar, assente em rica documentação, os feitos heróicos da resistência portuguesa no Sudeste africano durante o século XVII. Dir-se-ia tratar-se de um hino grandioso de reconhecimento à ação colonizadora de Portugal no Índico. Embora pouco conclusiva, pois falta um capítulo de conclusões, a obra de Eric Axelson merece, todavia, figurar em tôdas as bibliotecas e ser divulgada. Nada teríamos que dizer sôbre ela, se não nos sentíssemos obrigados a chamar para o merecimento dêsse trabalho a atenção da crítica especializada.

MANUEL NUNES DIAS

Livre-docente da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.